

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.320.443 - GO (2018/0163549-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - GO051175**
 ALESSANDRO DE CARVALHO CARDOSO - GO041793
 CLAUDIO JORGE MACHADO - GO051176
 JOEL COSTA DE SOUZA E OUTRO(S) - GO051177
AGRAVADO : **MARIA MADALENA CORREA DA SILVA**
AGRAVADO : **THAINARA CORREIA DA SILVA**
ADVOGADO : **DANIEL VILAS BOA DE LACERDA E OUTRO(S) - GO027843**

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pela CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MORTE POR CHOQUE ELÉTRICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA. *QUANTUM* DOS DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO DAS PROVAS DOS AUTOS. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. As pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente em caso de danos causados a terceiros, sendo adotada a teoria objetiva ou do risco administrativo (arts. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, e 186 e 927, parágrafo único, estes do Código Civil vigente), bastando ao lesado demonstrar a conduta do ente, o resultado danoso e o nexo de causalidade entre eles, para que surja o dever de indenizar, como no caso.
2. O conjunto fático probatório dos autos evidencia a presença dos três elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, quais sejam: a omissão administrativa, por ter prestado a devida manutenção na rede pública e energia elétrica; o dano, haja vista que a certidão e óbito apontou a causa da morte, como sendo Parada Cardiorrespiratória decorrente descarga Elétrica; e nexo de causalidade, pois a óbito decorreu da omissão estatal em promover a fiscalização de suas instalações elétricas.
3. O ato de podar árvores que obstruem a passagem da rede elétrica sem a permissão da autoridade administrativa competente configura a ocorrência de culpa concorrente da vítima.
4. O valor dos danos morais fixados pelo magistrado de origem, observa os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, serve ao seu caráter punitivo-educativo e visa minorar a dor da saudade,

conferindo um senso de justiça às reclamantes, apesar da perda nunca ser reparada eficientemente, sem contudo, transformar-se em fonte de enriquecimento sem causa e condizente com as condenações em casos análogos, não se podendo falar em redução.

5. Não se pode falar em de violação das provas dos autos, se a sentença bem analisou a questão, observando todas as provas produzidas, tanto oral, quanto documentalmente.

6. Merece ser majorada a verba honorária ao julgar-se o recurso, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (fls. 366/367e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, aduz a parte recorrente violação aos arts. 186, 884 e 927 do Código Civil, argumentando o seguinte: **(a)** "a Recorrente não é responsável evento danoso que culminou no óbito do Sr. AVENIR VILAS BOA DA SILVA, mesmo lamentando o ocorrido, não é devido que lhe seja imputado o dever de indenizar dano ocasionado por evento em qual não participou ativa ou passivamente, sendo que todo o ocorrido se deu em virtude da negligência do Sr. AVENIR VILAS BOA DA SILVA" (fl. 385e); **(b)** "caso não seja afastada a responsabilização da requeute em razão das excludentes já apontadas, bem como da inexistência do elemento nexa causal, o que se admite apenas por amor ao debate, a culpa a ser caracterizada, deverá ser, no máximo, concorrente, uma vez que não houve participação da Recorrente" (fl. 392e); **(c)** "a aferição do valor indenizatório deverá ser proporcional ao evento apurado, bem como a demonstração e comprovação efetiva dos danos, de modo a não significar a pavimentação para um caminho do enriquecimento sem causa" (fl. 392e); **(d)** "os juros e correção monetária deverão ter como termo inicial a data de seu arbitramento por parte do juízo" (fl. 397e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Não apresentadas as contrarrazões (fls. 429/430e), negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 432/433e), foi interposto o presente Agravo (fls. 439/445e).

Sem contraminuta (fls. 450/451e).

A irresignação não merece acolhimento.

Na origem, "trata-se de Apelação Cível interposta por CELG DISTRIBUIÇÃO S/A CELG D, da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Santa Terezinha de Goiás, Dr. ALEX ALVES LESSA, nos autos da ação de reparação de danos ajuizada por desfavor de MARIA MADALENA CORREA DA SILVA e THAINARA CORREA DA SILVA, todas devidamente qualificadas" (fl. 354e).

A Corte de origem, mantendo a sentença, concluiu pela configuração do nexa causal entre a conduta da concessionária agravante e o dano suportado pela vítima, nos seguintes termos:

"Efetivamente, dano restou demonstrado pela Certidão de Óbito de fl. 18, restando analisar, com cautela, se este óbito foi ocasionado por conduta da Companhia Energética de Goiás - CELG, e ainda, a existência de nexo causal entre esta e o dano suportado.

Demonstrado também, tanto pela Certidão de Óbito, quanto pela prova testemunhal e demais elementos dos autos que a causa mortis da vítima foi eletrocussão, em decorrência da vítima ter recebido descarga elétrica em cima de uma árvore, na tentativa de desobstruir os fios da rede elétrica que estariam em contato com galhos da árvore.

As provas demonstram ter havido omissão da CELG quanto aos cuidados com suas instalações elétricas, permitindo que ocorresse a eletrocussão motivada pelo encontro dos galhos da árvore com a fiação elétrica" (fl. 358e).

Neste contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

No que concerne ao valor arbitrado a título de danos morais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento no sentido de que somente pode ser revisto excepcionalmente, quando irrisório ou exorbitante, sob pena de ofensa ao disposto na Súmula 7 desta Corte.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. De acordo com a norma prevista no art. 535 do CPC, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida. Na espécie, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão estadual enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

2. **A jurisprudência desta Corte admite, em caráter excepcional, que o montante arbitrado a título de danos morais seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. No caso, o agravante não foi capaz de demonstrar que o valor da indenização seria excessivo, não logrando, portanto, afastar o**

óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 417.115/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 18/02/2014).

"ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. QUEDA DE TRANSEUNTE ATRIBUÍDA À REALIZAÇÃO DE OBRA PÚBLICA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. RAZOABILIDADE DO VALOR FIXADO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ.

1. Insurge-se o agravante contra reconhecimento pela instâncias ordinárias de responsabilização civil do município por queda de idoso em calçada pública a ensejar a obrigação de responder por danos materiais e morais.

2. **O Tribunal de origem, com base na situação fática do caso, entendeu pela responsabilidade do município a ensejar a obrigação de responder por danos materiais e morais, e procedeu à análise dos critérios da razoabilidade e proporcionalidade do valor da indenização arbitrada.**

3. **Insuscetível de revisão, nesta via recursal, o referido entendimento, por demandar reapreciação de matéria fática.**

Incidência da Súmula 7 deste Tribunal.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 522.368/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/08/2014).

Na hipótese, o Tribunal **a quo**, em vista das circunstâncias fáticas do caso, manteve o **quantum** indenizatório fixado pela sentença, observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, não se mostrando ele exorbitante, ante o quadro fático delineado no acórdão de origem.

Por fim, em relação à alegação de que os juros e a correção monetária deverão ter como termo inicial a data da condenação, verifica-se que a parte recorrente não indicou, com precisão e objetividade, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos legais que porventura tenham sido malferidos pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço do Agravo para não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

